

Quem trata de eleições são as forças desarmadas, diz Fachin



O presidente do TSE, Edson Fachin, discursa durante teste de segurança das urnas. Abdias Pinheiro/Divulgação TSE

Presidente do TSE diz que eleição é assunto de civis e de 'forças desarmadas'

Após declaração, Bolsonaro baixa tom em sua live, afirma que Edson Fachin vê 'fantasma' e que ninguém quer atacar urnas

Mateus Vargas e Marianna Holanda

BRÁSILIA O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Edson Fachin, disse nesta quinta (12) que quem trata das eleições são as "forças desarmadas". A declaração foi comentada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que afirmou que o ministro vê "fantasma" e que os militares não colocam a eleição sob risco.

"A Justiça Eleitoral está aberta a ouvir, mas jamais está aberta a se dobrar a quem quer que seja [sic] tomar as rédeas do processo eleitoral", disse Fachin à imprensa durante evento no tribunal para testes do sistema eleitoral. Fachin afirmou que o trabalho das Forças Armadas para logística e administração das eleições é "proveitoso", mas que o processo eleitoral é um tema civil.

"Além disso, a contribuição [das Forças Armadas] que se pode fazer é de acompanhamento do processo eleitoral. Quem trata de eleição são forças desarmadas", disse Fachin, que também é ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). "E portanto as eleições dizem respeito à população civil que de maneira livre e consciente escolhe seus representantes", afirmou.

Após declaração, Bolsonaro disse que o presidente do TSE vê "fantasma" e que as Forças Armadas não interferem nas eleições. "Eu não sei de onde ele está tirando esse fantasma que as Forças Armadas querem interferir na Justiça Eleitoral", disse Bolsonaro, que classificou a declaração do ministro como "desconcertante" em sua live semanal. "Não existe interferência, ninguém quer atacar as urnas, ninguém quer atacar as urnas, atacar a democracia, nada disso. Ninguém está incorrendo em atos antidemocráticos. Pelo amor de Deus! A transparência das eleições, eleições limpas, transparente, é questão de segurança nacional", continuou.

Após seguidas ameaças e insinuações golpistas, a declaração do chefe do Executivo reduziu o tom que ele adotou nas últimas semanas para se referir ao TSE e às eleições.

No fim de 2019, o ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE, criou a CTE (Comissão de Transparência Eleitoral), que reúne diversas instituições, como as Forças Armadas, além de

especialistas, para discutir as regras eleitorais.

Desde então os militares têm feito propostas de mudanças no processo eleitoral, sendo que algumas delas espelham ideias de Bolsonaro. O presidente já insinuou que ele mesmo foi chamado ao debate sobre as eleições com o convite feito aos militares.

Bolsonaro falou durante a transmissão, em mais de um momento, que Fachin poderia simplesmente revogar a portaria feita por Barroso. A sugestão é, na verdade, uma provocação. Integrantes das Forças Armadas críticos ao envolvimento delas no processo eleitoral dizem seriamente que Bolsonaro mais quer, que o presidente do TSE, acabar com o colegiado ou "desconvidar" as Forças Armadas.

O objetivo dele seria, segundo disseram, usar o fato para conseguir manter a narrativa de que os ministros do TSE não querem sugestões para "aprimorar" o sistema.

Ainda nesta quinta, Fachin disse que quem coloca dúvidas sobre o processo eleitoral "não confia na democracia". Ele negou que a frase seja um recado a Bolsonaro, que, sem provas, afirma que as urnas podem ser fraudadas e ameaça não aceitar o resultado do pleito deste ano. "Não mando e não recebo recados de ninguém", disse o magistrado.

"Quem defende ou incita a intervenção militar está praticando ato de afronta à Constituição à democracia. Não se trata de recado, é uma constatação", completou.

Fachin disse que nada interferirá na Justiça Eleitoral e no resultado do pleito. "Uma geração deu a sua vida durante 21 anos de ditadura civil e militar para que pudéssemos, a partir de 1988, exercer o direito de escolher", afirmou.

Bolsonaro é um defensor do período da ditadura militar, que durou de 1964 a 1985. Na quarta (11), ele voltou a levantar dúvidas sobre as eleições, disse que "sabe o que está em jogo" e afirmou que o seu governo não aceita provocações.

Fachin disse nesta quinta-feira que há muito "barulho no canteiro de obras da política". "Mas esse é um tribunal que opera com racionalidade técnica", declarou.

Depois de falar com a imprensa, a Folha ouviu Fachin dizer a um colega, em voz baixa, que subiu o tom "um pouco", mas que "era o necessário". O ministro deixa o coman-

do do TSE em agosto, quando Alexandre de Moraes assume. Fachin acompanhou nova etapa da edição do TPS (Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação) que começou em 2021.

Nesta análise investigadores voluntários executam planos de ataque ao sistema eleitoral, em ambiente controlado, para apontar vulnerabilidades. Esses exercícios de ataques foram aplicados em novembro de 2021, em fase anterior do ciclo de testes. Segundo o TSE, cinco planos foram bem-sucedidos, ou seja, geraram sugestões de aperfeiçoamento das urnas, mas não apresentaram brechas que podem comprometer o pleito.

Os cinco planos estão sendo repetidos nesta semana, após o TSE realizar ajustes no sistema, para confirmar que não há brechas para vulnerabilidades. Há entre os pesquisadores peritos da Polícia Federal.

Na segunda-feira (9) o TSE rejeitou novas sugestões dos militares para as eleições. O tribunal negou de forma assertiva 3 das 7 sugestões dos militares e disse que o restante já está em prática, ou seja, que não há o que mudar.

Na resposta, a equipe do TSE apontou que as Forças Armadas confundem "conceitos" e erram cálculos ao apontar risco de inconfiabilidade em testes das urnas. O TSE ainda disse que não há "sala secreta" de totalização dos votos, um argumento levantado, sem provas, por Bolsonaro.

Em fevereiro, o TSE havia publicado em seu site um documento com respostas a questionamentos anteriores das Forças Armadas. Depois disso, os militares enviaram, fora do prazo, segundo a corte, outras sete propostas.

Os ataques do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral são uma rotina em seu governo. No passado, por exemplo, ele afirmou diversas vezes sem apresentar provas que havia vencido as eleições de 2018 no primeiro turno.

No ano passado, ele fez uma transmissão ao vivo para apre-sentar supostos documentos de fraude nas eleições. No entanto, apenas levou teorias que circulam há anos na internet.

Naquela live recheada de mentiras, Bolsonaro divulgou documentos de uma investigação sigilosa aberta em 2018 sobre um ataque hacker no sistema do TSE.

Por causa disso, Bolsonaro virou alvo de investigação.

JUIZA ELEITORAL QUE FEZ POSTAGENS ANTIPETISTAS É AFASTADA

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) abriu processo administrativo disciplinar contra a juíza eleitoral Regiane Tonet dos Santos e determinou seu afastamento das funções eleitorais. Ela atua na Justiça Eleitoral na cidade de Guaraniãçu (PR). No processo serão avaliadas as manifestações da juíza contra o PT nas redes sociais entre 2017 e 2019 feriram regras de conduta dos magistrados. A defesa da juíza afirmou que se manifestará apenas no processo. Em nota, a Amaparr (Associação de Magistrados do Paraná) disse que respeita a decisão do CNJ, mas que Regiane "sempre demonstrou seriedade e competência no exercício da função jurisdicional". O conselho foi acionado pelo PT, alvo de postagens da juíza nas redes sociais. O partido citou postagem da magistrada de janeiro de 2018, quando o ex-presidente Lula foi condenado no caso triplex. No mês seguinte, diz o PT, a juíza direcionou ataques a Gleisi Hoffmann, presidente nacional da legenda.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4